



## Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Ata da Reunião de 19/12/2018

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, na Sede da Junta de Freguesia, à Rua D. António Ferreira Gomes, número trezentos e sessenta e cinco, convocada ao abrigo do artigo número onze, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de trabalhos: -----

### Período antes da ordem do dia

- a) Intervenção do público
- b) Intervenção dos Membros da Assembleia
- c) Informações

### Ordem do Dia

Ponto um: Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior; -----

Ponto dois: Discussão e Votação do Regulamento Emergência Social -----

Ponto três: Discussão e Votação do Mapa de Pessoal, Plano de Atividades, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2019 -----

Ponto quatro: Relatório de Atividades da Junta; -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: Josué Lima Morais, António Alberto Alves de Sousa, Zita Helena Duarte Rodrigues Cardoso, Ana Catarina Fonseca Barbosa, Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa, José Deolindo Caetano, Manuel Almeida Costa, Manuel Francisco Ferreira do Couto, Maria Alice do Amaral Teixeira Alves, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, Marta Andreia Ferreira Azevedo, Nuno Daniel Gilvaia da Costa, Pedro Miguel Bouça Fernandes, Rui Alfredo Dias Fernandes de Almeida, Sónia Isabel Ferreira da Silva. Verificaram-se, também, as seguintes substituições, ao abrigo do artigo número setenta e oito da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e nove, com a redação dada pela Lei número Cinco – A, de onze de Janeiro de dois mil e dois: do



Partido Social Democrata (doravante designado de PSD) Diogo Augusto Rebelo Pereira Marquez por Marta Isabel Dias Inverneiro; Manuel Augusto Dias por Deolinda Alexandra Cardoso Apolinário; Paulo Alexandre da Silva Moreira de Sousa por Cátia Santos Abreu Correia Ruas Afonso; Teresa Marta Correia Sousa Raposo por Tiago Filipe Ramalho Teixeira. -----

**a) Intervenção do público**

Josué Morais, Presidente de Mesa da Assembleia de Freguesia, deu início à sessão saudando os presentes, e questionando se havia alguém do público para intervir. Não havendo ninguém passou ao ponto seguinte -----

**b) Intervenção dos Membros da Assembleia**

De seguida Carla Sousa do Bloco de Esquerda (doravante designado por BE) interveio para dizer que a população dos Montes da Costa estava receosa pela eventual eliminação dos lavadouros e pretendia saber qual o ponto de evolução da situação ou da existência de alguma tomada de decisão municipal, relativamente à poluição do rio tinto e do seu caudal. Pretendia também saber se era verdade que a Câmara Municipal iria construir um ramal de águas residuais que encaminharia os esgotos dum prédio da zona da Palmilheira – tratados por mini-etar e pós-tratamento descarregados, na ribeira da Granja – para outra etar. Falou ainda sobre a degradação de várias ruas de Ermesinde, nomeadamente a rua 1ª dezembro que tão depressa foi asfaltada como rapidamente ficou com buracos. Questionou também para quando a execução total do rebaixamento de passadeiras e por fim qual o desenvolvimento da investigação do Ministério Público ao protocolo com Associação Sójovem (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número um**, fazendo parte integrante da mesma).

Rui Almeida do Centro Democrático Social Partido Popular (doravante designado por CDS-PP) na sua intervenção perguntou ao Presidente da Junta qual a percentagem dos 3 milhões de euros que resultam do aumento do IMI era aplicada em Ermesinde porque, diz, que se for feita a avaliação da relação dos encargos suportados pelas famílias pelo aumento do IMI versus investimento efetuado, certamente prefeririam pagar menos IMI. Questionou também o presidente da Junta acerca dos motivos que o levaram a votar, na Assembleia Municipal, o orçamento de 2019, que na sua perspetiva penaliza os fregueses (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número dois**, fazendo parte integrante da mesma). -----



Deolindo Caetano, da Coligação Democrática Unitária (doravante designada por CDU) usou da palavra começando por desejar Boas Festas a todos os presentes. Questionou o Presidente da Junta acerca de questões abordadas noutras reuniões. Relativamente ao cruzamento da escola do Carvalho disse que as pessoas estão mais prejudicadas com o pavimento que lá foi montado estando tudo outra vez em pantanas e perguntou se era para reparar e se o fosse que se aproveitasse para pôr lá passeios. Quanto à cobertura do Lidl e das águas sujas que escorrem para a via pública chamou a atenção se eventualmente houver um desastre quem pagaria qualquer despesa que possa existir mas que, na sua perspetiva, sendo um via pública, a responsabilidade será das entidades públicas. No que se refere à limpeza de mato e ervas na antiga Fábrica de Sá afirmou que na última assembleia de freguesia o Sr. Presidente disse que 2ª feira a seguir ia lá ver a situação, mas que até agora tudo se mantém na mesma. Relativamente ao pavilhão da Bela disse ter havido pressa na alienação do pavilhão à Câmara e que na sua opinião podia - se ter andado com menos pressa e pensado bem pois na melhor das hipóteses só em 2020 o pavilhão terá obras, dizendo ainda que a razão que justificou a pressa era o facto de chover no pavilhão e não se poder praticar desporto situação que vai manter-se até 2020. Perguntou também ao Presidente da Junta se sabia se já tinha sido feito o registo de propriedade e se havia algum problema no registo da mesma. No que se refere à falta de iluminação nas paragens dos transportes junto da Estação queria saber quem iria resolver o problema, instando ao mesmo as Infraestruturas de Portugal e Câmara Municipal de Valongo para se entenderem quanto à responsabilidade da resolução deste problema, mas que o resolvam. Sobre a rua central da Fonte disse que esta rua estava em tal estado que parte da mesma merecia urgentemente ser requalificada, pois não tem passeios, tem paralelos soltos, covas e ainda a existência de um poste de telecomunicações que sempre que passa lá um camião os cabos vão abaixo e o poste é arrumado um pouco para o lado estando quase em cima da rua. Acerca dos acessos à A4 perguntou ao Presidente da Junta se a saída ia continuar a ser a mesma que está e só iriam alargar de 2 para 3 vias e se não iriam também criar mais saídas para a Maia e Gondomar, pois seria a única maneira de resolver o problema do afunilamento do trânsito às horas de ponta. -----

De seguida Carla Sousa (BE) voltou a intervir para apresentar uma moção sobre mobilidade onde exprime a necessidade e urgência na concretização de novas políticas municipais de mobilidade e manifestar a disponibilidade dos órgãos autárquicas desta freguesia na elaboração e execução



de políticas municipais (esta moção fica anexada à presente ata, como **Anexo número três**, fazendo parte integrante da mesma). -----

Antes de passar a palavra ao Presidente da Junta, o Presidente da Mesa submeteu à admissão para discussão da moção que foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida, o Presidente da Junta começou por responder às questões levantadas pela Professora Carla Sousa (BE) dizendo que brevemente o lavadouro de Chãos iria ser requalificado, sendo arranjada a iluminação a pintura e o lavadouro. Relativamente ao rio tinto foi decidido criar um grupo de trabalho que fosse junto das casas da área envolvente para perceber se a separação das águas pluviais das residuais já tinha sido ou não concretizada. Quanto a esta inspeção a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal não se comprometeram com ela, sendo a mesma, na perspetiva da Câmara e da Junta, da responsabilidade da Be Watter. No que diz respeito à mini etar que julga ser do empreendimento das Agras Novas, disse que esta obra já estava realizada. No caso da repavimentação da rua 1ª Dezembro afirmou que a mesma tinha sido feita pelos serviços da Câmara Municipal de Valongo com uma técnica que não é a melhor para esta tarefa, ou seja a máquina utilizada coloca o alcatrão a frio e este salta fora depois de emudecer. Afirmou ainda que a competência da requalificação dos passeios e da via pública é da Câmara Municipal pelo que tem feito um esforço contínuo a solicitar à Câmara a requalificação da rua. Referente ao processo que está no DIAP disse que o mesmo está em segredo de justiça e que a Junta sabia tanto como os membros da Assembleia de Freguesia. Respondendo a Rui Almeida sobre o aumento do IMI para as escolas, passeios e empreendimentos de habitação social disse estar aberto um concurso para gastar 3 milhões sendo que parte será do IMI e outra doutras receitas. Quanto ao sentido de voto do Presidente da Junta aquando da votação do orçamento na Assembleia Municipal disse ter votado favoravelmente se mais não fosse por opção política. Em resposta a Deolindo Caetano o Presidente da Junta concordou com o mesmo acerca do mau estado do cruzamento da Escola do Carvalhal e afirmou ser pertinente a construção dos passeios na primeiro de dezembro e que ia reportar à Câmara a possibilidade desta obra tarde ou cedo de se fazer colocando-se um novo piso e com nova técnica. Relativamente à cobertura do Lidl disse-lhe parecer ser do condomínio do prédio pelo que caberia aos privados o restauro e requalificação da referida cobertura. Referindo-se ao pavilhão da Bela afirmou que o mesmo ainda não sofreu qualquer intervenção porque ainda não está registado em nome da Câmara Municipal havendo necessidade primeiro de registar, de projetar e depois começar-se-ia a obra, talvez por fases. Quanto à iluminação nas



paragens dos autocarros junto da estação da C.P. disse ser da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal pelo que esperava que alguém solucionasse o problema pois a praça da estação da forma que está, sem qualquer iluminação, parece um cemitério. Quanto à rua Central da Fonte reconheceu ser uma das zonas mais desfavorecidas de Ermesinde em termos de vias da Freguesia e que aquando da discussão dos investimentos para Ermesinde solicitou que aquela rua e outras adjacentes fossem requalificadas. No que diz respeito aos acessos à A4 disse achar que as saídas vão ficar exatamente como estão havendo somente alargamento do número de vias. Afirmou ainda não ter informação de alguma alteração aos nós de entradas e ou saídas.-----

Seguidamente Carla Sousa (BE) voltou a intervir para clarificar parte da sua intervenção anterior que era perguntar se era verdade ou não a ampliação da mini etar e oferecer melhores condições de tratamento dos resíduos que seguem depois para a ribeira da Granja.-----

O Presidente da Junta respondeu dizendo que a mini etar não estava a funcionar e por isso foi intervencionada duas vezes no último ano para ficar a recolher todos resíduos do empreendimento e do prédio a seguir nas Agrads Novas e que a obra tudo quanto sabia terá sido efetuada pela Vallis Habita.-----

De seguida Deolindo Caetano (CDU) disse ter tido acesso ao estudo ambiental feito da nascente do rio Tinto até à foz e pelo que leu diz não haver nenhum problema. O único problema existente ao nível da contaminação seria a presença de metais devido à própria nascente ser uma nascente de água mineral. Afirmou ainda haver eventualmente um foco de contaminação fecal no local onde liga a ribeira da granja, próximo onde está o moinho.-----

O Presidente da Junta, respondendo a Deolindo Caetano (CDU) disse que as opiniões se dividem quanto ao local onde nasce o rio Tinto. Há quem defenda que ele nasce na mina e outros que nasce muito próximo do Complexo dos Montes das Costa. Afirmou ainda que em análises feitas em tempos à água que saía da mina, a mesma apresentava índices de poluição de alguma forma fecais, querendo dizer que a poluição viria das habitações pelo que seria necessário verificar quais as habitações que faziam a separação das águas pluviais das residuais. Que fora de opinião que se fizesse um estudo aprofundado à mina e à nascente do rio porque se poderia estar a receber na nascente do rio resíduos de fossas sumidouras ou algo parecido. Referiu estar disponível para trabalhar numa comissão que procure que o rio nasça em Ermesinde sem poluição e que não retirem o lavadouro às pessoas que o utilizam.-----



O Presidente da Mesa deu cinco minutos para os membros da Assembleia analisarem a moção apresentada por Carla Sousa (BE).-----

Na discussão da moção Manuel Costa (PS) começou por dizer não ter garantia que as percentagens referidas na moção estavam atualizadas pois viaja todos os dias para o Porto utilizando o comboio e nunca tem lugar sentado. Disse estar a ser trabalhado um plano municipal de mobilidade onde se inclui uma linha circular em todo o concelho e que iria a concurso em 2019. Embora o documento lhe parecia redundante, o PS iria votar a favor.-----

Sónia Silva (PSD) relativamente ao ponto 1 disse nada ter a dizer porque sabia perfeitamente o que estava a ser tratado pela área metropolitana. No que diz respeito ao ponto 2 quando fala de execução de opção de políticas municipais terá perguntado a Carla Sousa (BE) o que significava não obtendo resposta satisfatória. No entanto anunciou que o PSD iria votar favoravelmente.-----

Carla Sousa (BE) voltou a intervir dizendo que relativamente aos dados que são apresentados os mesmos eram do INE e que acreditava serem os mais recentes. Quanto à execução das políticas municipais as mesmas podiam ser mais abrangentes mas também podiam ser específicas ou sejam que podia haver um conjunto de iniciativas que se traduziriam em políticas municipais que podem ser abrangentes nomeadamente a criação de transportes municipais.-----

Seguidamente Deolindo Caetano (CDU) disse que o enunciado da moção não era o mais feliz e que achava que os dados mais fiáveis eram os do PDM deste concelho pois ele diz qual é a mobilidade da população e onde é explicada o tipo de deslocação e quantidade de deslocações. Que ficou espantado pelo fato da Câmara entrar num projeto para fazer uma linha para Felgueiras quando o PDM diz não haver ninguém a deslocar-se para esses lados. Afirmou ainda que os números apresentados não correspondem à realidade e está convencido que 80% da população de Ermesinde utiliza o transporte público. No entanto, anunciou que a CDU iria votar a favor.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa pôs à votação a moção em discussão sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

### **c) Informações**



Neste ponto o Presidente da Junta começou por informar que o Vogal do Executivo António Mota não estava nesta reunião porque durante o dia tinha estado sujeito a exames médicos e que o mesmo pedira para transmitir votos de Boas Festas. Apelou ainda à inscrição das pessoas na corrida ou caminhada de S Silvestre. Informou também que estava a decorrer a Aldeia de Natal e que este ano a iluminação das ruas estava muito bonita e muito agradável de se ver.----

De seguida, Miguel Oliveira, Tesoureiro, informou a Assembleia que o orçamento em vigor estava a ser executado de acordo com o previsto. Disse estar-se a chegar ao fim do ano com uma execução do ponto de vista da receita acima das expetativas e sob o ponto de vista das despesas abaixo das expetativas gerando aqui um saldo transitado para o período seguinte na ordem dos 198 514,63 euros ressaltando naturalmente as despesas sazonais que irão influenciar o saldo a transitar para o ano de 2019.-----

### **Ordem do dia**

#### **1 Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior**

Não havendo intervenções sobre a ata a mesma foi posta à votação sendo aprovada por unanimidade.-----

#### **2 Discussão e votação do Regulamento do Fundo de Emergência Social**

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia solicitou a retirada deste ponto devido a alterações e reformulações que terão de ser efetuadas. -----

#### **3 Discussão e Votação do Mapa de Pessoal, Plano de Atividades, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2019**

Deolindo Caetano (CDU) começou a sua intervenção dizendo que quando foram consultados ao abrigo da observância da oposição teria sido importante já terem disponível o documento síntese orçamental porque esse documento projeta aquilo que vai ser para o ano. Afirmou ainda que não era verdade que a execução do orçamento de 2018 estava a correr conforme o projetado porque as receitas em final de novembro estavam em 88% e a despesa em 72% ou seja havia uma décalage de 16% correspondente a 200 000 euros que está previsto transitar para o ano de 2019, valor que poderia ter sido aproveitado por exemplo para resolver o lavadouro de Chãos e ajudado à realização da festa de S. Lourenço. Disse ainda não se perceber perante um saldo de 200 000 euros e só haver uma verba de 20 000 euros para investimentos



que considerou muito pouco. Considerou também que quando se aponta uma receita para 2019 de 1 096 000 euros quando a receita de 2018 é de 1 124 000 euros poder-se deduzir que a receita iria ser menor pela redução da tabela de taxas que fora prometido durante a campanha eleitoral. Defendeu ainda que todas as atividades inscritas no plano de Atividades deviam conter ao lado o orçamento de cada atividade de forma a transformar o orçamento da Junta mais claro, isto é, cada atividade deveria ter ao lado a verba atribuída.-----

De seguida usou da palavra Carla Sousa (BE) que começou por dizer que tinha observado a existência duma vaga para Encarregado Operacional e se seria aberto concurso para aquela vaga. Quis também saber qual o tipo de acompanhamento era feito aos idosos pela parceria Junta/PSP. Pediu ainda clarificação acerca do Plano Plurianual de Investimentos, nomeadamente sobre a diminuição da receita na taxa de ocupação da via pública, como se iria desenvolver o projeto horta à porta, quantas viaturas eram necessárias e o que justificava o aumento de 112% com o pessoal em regime de tarefa ou avença (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número quatro**, fazendo parte integrante da mesma). -----

Seguidamente Manuel Costa (PS) perguntou qual razão de no ano de 2018 haver uma verba orçamentada para o Serviço Nacional de Saúde no valor de 7 717 euros e para 2019 estar orçamentada uma verba de 14 335 euros.-----

Sónia Silva (PSD) também colocou a questão do aumento da verba para o Serviço Nacional de Saúde e perguntou também se a autarquia tinha recibos verdes e em que rubrica é que se encaixariam porque era referido a renovação dos atuais contratos de aquisição de serviço em regime de avença dos atuais trabalhadores independentes ao serviço da autarquia, passando o valor de 19 200 euros em 2018 para 40 800 euros em 2019.-----

Seguidamente Manuel Costa (PS) voltou a intervir para afirmar que as Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2019, documento que integra o Plano de Atividades, o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos consubstanciava a visão do executivo para o exercício de 2019 bem como as ferramentas necessárias para a implementar. Disse ainda que o executivo apresentou um documento claro e bem estruturado, exequível e devidamente fundamentado. Destacou ainda e relativamente ao Plano de Atividades a conclusão do Plano de Eficiência Energética, a implementação do projeto Horta à Porta, a implementação do projeto “Meu Jardim”, atribuição de Bolsas de Estudo, implementação de pontos de leitura na cidade, desenvolvimento do orçamento participativo entre outros. Quanto ao plano de investimentos





disse que o executivo espera acrescentar aos 20 000 euros parte do espetável saldo de gerência. Referiu ainda o aumento de transferências para as associações sem fins lucrativos de 25 000 € para 30 000 €, (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número cinco**, fazendo parte integrante da mesma).-----

Rui Almeida (CDS-PP) relativamente ao orçamento da Junta de Freguesia de Ermesinde para o ano de 2019 disse notar um aumento de cerca 56 mil euros relativamente ao ano de 2018 o que se traduzia em termos percentuais num aumento de 5,42% conseguido sobretudo pelo aumento da verba relativa às transferências correntes. Afirmou que o aumento de 56 000 euros não cobria o aumento de despesas com o pessoal que se cifra em 68 000 euros e o que justificava efetivamente o aumento de despesa com o pessoal era o exponencial aumento das avenças em 112,50% ou seja mais 21 600 euros (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número seis**, fazendo parte integrante da mesma).-----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa deu a palavra ao Tesoureiro que relativamente às questões levantadas pela CDU começou por dizer que o Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2019 prevê uma verba próxima dos 20 000 euros e que o orçamento sob o ponto de vista da receita era a média aritmética dos últimos 24 meses que a Junta de Freguesia recebeu, valor previsto para o próximo ano. Que na Assembleia de Freguesia de abril seria incluído parte do saldo de gerência com vista ao reforço do Plano Plurianual de Investimentos. Quanto ao orçar cada atividade dentro das atividades culturais, recreativas e desportivas e fazer verter na proposta de orçamento afirmou poder, eventualmente, ser algo a considerar em orçamentos futuros. Respondendo à eleita do Bloco de Esquerda e relativamente ao aumento orçamental no exercício de 2018 disse que o mesmo se deveu à receita consignada, que não era previsível que ocorresse no exercício. No que diz respeito à alteração do Mapa de Pessoal, com a criação da figura de Encarregado Operacional, afirmou que esse lugar será preenchido através de mobilidade entre categorias já existentes. No que se refere ao acompanhamento que é dado aos idosos pela PSP afirmou ser vontade do executivo de no futuro desenvolver mais este género de iniciativas e incrementar a parceria existente com a PSP, colhendo dela os melhores resultados possíveis. Quanto ao aumento superior a 100% do pessoal em regime de tarefa ou avença disse que resultava do facto das mesmas terem sido orçadas não para 6 meses, mas sim para 12 meses, sendo, no entanto, desejo do executivo da Junta o fim sucessivo dos vínculos precários à função pública. Afirmou também que não são falsos recibos verdes, mas sim verdadeiros recibos verdes recaindo inclusivamente sobre o responsável pela



tesouraria da autarquia responsabilidade civil e penal caso sejam falsos recibos verdes. Relativamente ao projeto horta à porta disse que o contrato que havia para a horta em S Paio foi denunciado pelo detentor do terreno levando a Junta a procurar alternativas havendo já essa alternativa tendo o executivo inclusivamente recolhido orçamentos para lavragem e fresagem do terreno, para um furo de captação de água, uma baixada de luz e tudo o que seja necessário que se cifrará num valor próximo dos 5 000 euros já inscrito no orçamento. Quanto à questão levantada pelo PSD e pelo PS relativamente ao aumento dos valores a pagar ao Serviço Nacional de Saúde disse que derivava das retenções não feitas pelo executivo anterior e sobre as quais intentou uma providência cautelar que foi julgada procedente. Afirmou que consultado o gabinete de advogados e vários juristas o atual executivo percebeu que não haveria fundamentação para que a ação principal fosse julgada procedente e estaria a procurar chegar a acordo com o Serviço Nacional de Saúde para a regularização das verbas não retidas nos últimos anos, sendo intenção do executivo regularizar no sistema de N+1, isto é, por exemplo paga o ano de 2019 acrescido do 1º ano em que não foi retida a verba correspondente aos descontos para o Serviço Nacional de Saúde e assim sucessivamente. Em resposta a Rui Almeida (CDS-PP) disse que efetivamente o orçamento crescia 56 000 euros e que dizer-se que este valor era consumido na sua maioria nas contas 01 era uma análise que podia ser feita mas não lhe parecia ser uma análise sincera e séria porque na rubrica referente aos vencimentos do pessoal do quadro a previsão orçamental do executivo para o salário mínimo era de 600€ euros e governo propôs 635 €, afirmando também que a Junta estava salvaguardada porque tinha sido previsto em sede de orçamento o descongelamento das carreiras ou seja que havia um folga que daria para suprir o aumento do salário mínimo. No que diz respeito ao aumento de meio tempo dum vogal do executivo considerou não se sentir confortável para falar sobre o assunto por ser ele o visado mas que de facto a vontade do executivo era regularizar uma situação que entende ser necessário a permanência de um elemento e uma vez que o Sr. Presidente de Junta abdicou do seu vencimento. Também afirmou que queria deixar bem claro que não compactuavam com falsas suspeições e que o executivo não passaria a ter, como nunca tinha tido ao longo do seu mandato, almoços grátis, pois os elementos do executivo em deslocações, em viagens no quer que seja pagavam do seu bolso.-----

De seguida Deolindo Caetano (CDU) usou da palavra para dizer que o Sr. Tesoureiro não o convencia com a regra do orçamento do ponto de vista da receita ser a média dos últimos 24 meses. Disse ainda poder ser uma boa prática quando as receitas são fixas pois por exemplo



com as transferências dos acordos de execução houve aumento de receitas indo as mesmas refletir-se nos anos de 2019 e 2020. Também na sua declaração de voto Deolindo Caetano (CDU) afirmou que a CDU, na observância do Direito de Oposição foi consultada sobre a proposta do Plano de Atividades e Orçamento para 2019, mas que o executivo da Junta não colheu nenhuma das propostas feitas. Que sob o ponto de vista da CDU o plano devia ter outra orientação e outros critérios e estar virado para as necessidades concretas das populações como a falta de espaços verdes, transportes, equipamento de saúde, escolas, pré-escolar, creches, berçários bem como equipamentos desportivos e sociais. Afirmou que a verba de 20 000 euros para despesas de investimento devia escandalizar quem a propôs. No que diz respeito ao apoio às associações, à cultura e ao desporto considerou que os números apresentados não confirmam aumento algum. Disse também que o património devidamente rentabilizado dava para suprir muitas mazelas da cidade. Entendeu ainda a CDU ser o documento apresentado apenas um roteiro de gestão corrente e sem rasgos de imaginação (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número sete**, fazendo parte integrante da mesma).-----

Seguidamente o Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções, deu a palavra ao Presidente da Junta que começou por dizer que percebia que Ermesinde carecia de uma série de obras de requalificação, mas que a Junta de Freguesia não podia no orçamento incluir despesas inerentes à requalificação das suas vias e seus passeios, escolas, creches entre outras que são da responsabilidade da Câmara Municipal. Dirigiu-se diretamente a Deolindo Caetano (CDU) para dizer que em 2018 ou 2017 não disse que tinham que apertar porque tinha havido desmando no ano anterior, o que disse foi que efetivamente o dinheiro que fora entregue a este executivo era muito curto não sendo a palavra desmando utilizada. Quanto ao apoio às instituições e associações afirmou que o mesmo subiu de 25 000 € para 30 000€ e não teve uma redução de 16 000 €, mas sim um aumento de 5 000€. No que se refere ao investimento de 20 000 € disse já ter sido afirmado pelo Sr. Tesoureiro que esse dinheiro não era o que efetivamente o executivo esperava investir em 2019 porque esperava em abril ver qual o dinheiro que sobrava, não criando contas bancárias, mas sim investir na cidade, com a toda a cautela para não acontecer a um próximo executivo o que aconteceu a este que foi encontrar a Junta com problemas financeiros. Dirigindo-se a Deolindo Caetano (CDU) afirmou que se recusa a aceitar o que escreveu que era pensar que como Presidente de Junta estaria a guardar dinheiro para 2021 para gastar numa campanha eleitoral.-----



De seguida o Tesoureiro confirmando o que tinha dito o Presidente da Junta disse que o aumento previsto de apoio às instituições sem fins lucrativas era de 5 000 €, de 25 000 € para 30 000€ e que as contas que o eleito da CDU fez tinham por base uma redução previsional na rubrica 02 022501 nos outros serviços, atividades culturais, recreativas e desportivas, mas que isto tinha a ver com as atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas que são efetuadas pelos serviços da autarquia. -----

Seguidamente Deolindo Caetano (CDU) afirmou não ter inventado números nem plano de atividades e que terá repetido duas vezes que se estava a referir a números inscritos no capítulo de apoio às associações, à cultura e ao desporto. -----

De seguida o Tesoureiro respondendo a Deolindo Caetano (CDU) explicou o conteúdo das rubricas e valores referente ao apoio às associações, à cultura e ao desporto. -----

Seguidamente, o Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções, pôs à votação o Mapa de Pessoal, Plano de Atividades, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2019, sendo o mesmo aprovado com 11 votos a favor (10 do PS e 1 da CDU), 2 votos contra (do CDS) e 6 abstenções (5 do PSD e 1 do BE). -----

#### **4 Relatório de Atividades da Junta**

Sobre o Relatório de Atividades da Junta usou da palavra Carla Sousa (BE) para levantar duas questões, sendo a 1ª referente ao estado da pintura do muro do cemitério nº1 que segundo ela aparentemente estaria incompleta. A 2ª tinha a ver com a campanha de sensibilização dos dejetos dos canídeos que aparentemente não estaria a funcionar e que certamente necessitaria dum reforço ou de outras medidas nomeadamente uma maior fiscalização por parte do município. -----


De seguida o Presidente da Junta respondendo a Carla Sousa (BE) disse ser o muro do cemitério nº1 já velho e que se calhar precisaria de ser feita ali uma outra correção. Quanto à campanha dos dejetos disse ser a que está em marcha e que o executivo estava à espera que a Lipor desse uma resposta ao pedido feito para se fazer uma parceria. Disse também se a Lipor, dentro de breve prazo, não desse uma resposta favorável o executivo iria reforçar a campanha. Considerou ainda ser complicado manter a cidade livre de dejetos de canídeos enquanto as pessoas não perceberem que os tem de recolher e de que não moram sozinhas. Que relativamente ao CACA

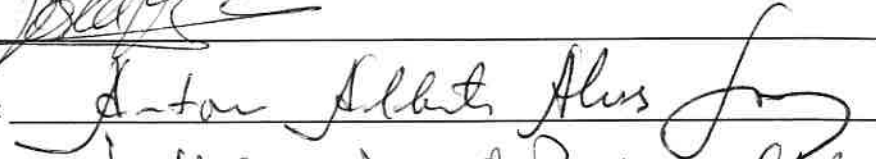



disse não perceber porque há cidadãos que partem as tabuletas e destroem as papeleiras pelo que acha que devem haver campanhas com alguma agressividade.-----

De seguida o Presidente da Mesa pôs à votação a minuta de deliberação sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa, agradecendo a presença de todos e desejando um Bom Natal e umas Boas Festas, deu a sessão por encerrada. -----

O Presidente: 

O Primeiro secretário: 

O Segundo Secretário: 



## **INTERVENÇÃO - PAOD**

Exmo. Sr. Presidente, da Assembleia de Freguesia e restante Mesa,  
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia e restantes elementos do Executivo,  
Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia,  
Comunicação Social e estimado público,

1 – Há uns meses, fomos contactados pela população dos Montes da Costa, receosa da eliminação dos lavadouros daquela zona. Estivemos presentes no local, aquando uma visita técnica, com representantes de várias entidades, onde se incluía um representante do “Movimento Em Defesa Do Rio Tinto” e com a presença do Presidente desta Junta de Freguesia. Em causa estaria não só a poluição do rio, como o volume do caudal. Pelo que nos apercebemos haveria uma intenção de intervenção naquele local. Pretendemos saber se há alguma evolução da situação ou alguma tomada de decisão municipal.

2 – Na sequência dos contactos com aquele Movimento, presumivelmente a Câmara Municipal, manifestou vontade de construir um ramal de águas residuais, que encaminharia os esgotos de um prédio na zona da palmilheira – tratados na mini-etar e pós-tratamento descarregados, na ribeira da Granja – para uma outra ETAR, com uma dimensão e capacidade de tratamento superior. Questionamos se é verdade e qual a previsão para o início da construção destes equipamentos (novo ramal e nova Etar).

3 – Após a última reunião desta assembleia, em que mais uma vez se reivindicou a intervenção nas ruas 1º de dezembro e Filipa de Vilhena, a verdade é que tão depressa foram asfaltadas, como rapidamente se esburacaram. Ambas as artérias voltam a apresentar buracos em diversos pontos, nomeadamente no eixo da via. À semelhança destas, muitas outras vias e passeios continuam a degradar-se. Temos igualmente pisos abatidos como acontece na R. Miguel Bombarda junto à Capela S. Silvestre. Urge pois, que o município invista na mobilidade urbana e que de forma definitiva solucione a problemática das ruas e passeios em condições degradáveis de circulação, pelo que consideramos emergente que a junta de freguesia reitere junto do município, a necessidade de investimento nesta matéria.

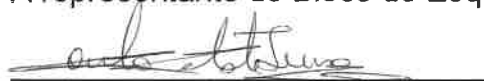




4 - Durante o Verão foram rebaixados, e bem, vários passeios onde havia passareiras, colocando tijoleira para maior visibilidade. Porém, o trabalho ficou incompleto, visto que continuam a existir muitas passareiras sem esse rebaixamento, mesmo em locais centrais como: R. Ribeiro Teles (frente ao Parque Urbano); R. Bernardim Ribeiro; R. da Igreja; R. S. Lourenço, etc. Para quando a sua execução?

5 - No âmbito do processo de investigação do Ministério Público, ao protocolo com a Associação Sojovem, pretendemos saber se há ou não algum desenvolvimento desta matéria.

A representante do Bloco de Esquerda,

  
\_\_\_\_\_, em 19/12/2018  
(Carla Celeste Sousa)





CDS/PP

### Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Na Assembleia de Freguesia realizada em Dezembro do ano transacto, questionado o Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia sob o sentido de voto em sede de Assembleia Municipal relativamente ao aumento do IMI, referiu o Senhor Presidente, e passamos a citar *“O aumento resultará numa verba de cerca de 3 milhões de euros que será alocada à reparação de escolas, de arruamentos e alguma parte às zonas envolventes aos bairros sociais.”*

A primeira questão que gostaríamos de ver esclarecida pelo senhor Presidente é se pode informar a Assembleia de Freguesia sobre que percentagem daqueles três milhões de euros é que efectivamente foram investidos na nossa Freguesia.

Já agora senhor Presidente se formos avaliar a relação dos encargos suportados pelas famílias com o aumento do IMI versus o investimento efectuado, por exemplo, nos arruamento da nossa cidade, certamente que os nossos fregueses prefeririam pagar menos IMI, é que as intervenções efectuadas pelo Município no piso dos nossos arruamentos é uma autêntica vergonha, pois na maior parte dos casos esse piso encontra-se em pior estado do que antes da intervenção efectuada!

Mas senhor Presidente, ainda assim, este ano o voto do representante da nossa Junta de Freguesia na Assembleia Municipal foi de aprovação do Orçamento Municipal, um orçamento que penaliza ainda mais os nossos fregueses e as nossas empresas, ainda para mais quando o senhor Presidente da Câmara anuncia aos 7 ventos uma saúde financeira do Município como há muitos anos não era vista.

Não podemos, assim, deixar de questionar V. Exa. sobre os motivos que o levaram novamente a votar favoravelmente aquele orçamento, pois se no ano transacto ainda poderia V. Exa. dar o benefício da dúvida quanto às intenções municipais para a nossa freguesia, certamente que este ano esse argumento caiu por terra.

Ermesinde, 19 de Dezembro de 2018

Os eleitos pelo CDS-PP



## MOÇÃO SOBRE MOBILIDADE

Os dados recentemente publicados pelo INE no “Inquérito à Mobilidade na Área Metropolitana do Porto – Imob” confirmam que o transporte individual por automóvel é o principal modo de deslocação dos residentes no concelho de Valongo (65,3%), sendo que o transporte público (autocarros e metro) não chega aos 14%. A deslocação por bicicleta é muito reduzida (0,2%) e as deslocações a pé representam quase 20%.

Outros números significativos do IMob são os que referem o município de Valongo como tendo uma população móvel de 82,9%, a terceira mais elevada entre os 17 concelhos metropolitanos. E uma proporção de deslocações intramunicipal por motivo de trabalho à volta dos 57%, inferior à média metropolitana.

Estes e outros dados do INE mostram a necessidade e urgência na tomada de medidas pelo município com vista a aumentar significativamente a utilização do transporte coletivo e a diminuir o uso excessivo do automóvel, não apenas para restituir o espaço público às pessoas, mas também como contributo indispensável para a diminuição da elevada sinistralidade viária (no concelho de Valongo, em 2017, foram 3 mortos, 9 feridos graves e quase 300 feridos leves), para a redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) e para a adaptação/mitigação das alterações climáticas.

A concretização do passe único metropolitano em 2019 com o preço máximo de 40 euros, será certamente a medida com maior impacto na enorme mudança a concretizar quanto à utilização do transporte coletivo de passageiros. Mas a resposta ao problema da mobilidade não pode ficar apenas pelo passe único, sendo também imprescindível uma forte participação cidadã na definição doutras respostas.



As freguesias, até por estarem mais próximas das populações, muito podem contribuir para a promoção e implementação de novas políticas no domínio da mobilidade e transportes.


Assim, a Assembleia de Freguesia de Ermesinde reunida em 19 de dezembro de 2018, DELIBERA:

**1 – exprimir a necessidade e urgência da concretização de novas políticas municipais de mobilidade, com ênfase na criação do passe único e na muito maior utilização do transporte coletivo de passageiros;**

**2 – manifestar a disponibilidade dos órgãos autárquicos desta freguesia na elaboração e execução de políticas municipais que garantam a qualidade dos transportes públicos e desenvolvam uma mobilidade ao serviço das populações.**

(A remeter à Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Valongo)

A representante do Bloco de Esquerda,

  
\_\_\_\_\_, em 19/12/2018  
(Carla Celeste Sousa)





## DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, PLANO DE ATIVIDADES, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO PARA 2019

1 - Iniciando com a análise do Mapa de Pessoal, observamos uma vaga para Encarregado Operacional. Será aberto concurso para preenchimento desta vaga?

2 – Sobre as grandes opções do plano, pretendemos saber que tipo de acompanhamento aos idosos mais isolados, tem sido proporcionado pela parceria freguesia /PSP?

3 – Relativamente ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento, pretendia que me clarificassem:

- a) os motivos pelo quais se prevê uma diminuição de receita na taxa de Ocupação da Via Pública, licença de colocação de objetos, averbamentos, remissões, fotocópias autenticadas, inumações e venda de mercadorias – produtos CTT?
- b) Como se irá desenvolver o projeto horta à Porta, para ter um cabimento previsional de 5 mil euros?
- c) Como se justifica um aumento de 112% com o pessoal em regime de tarefa ou avença?
- d) Que viaturas são necessárias adquirir?

4 - Com este documento percebe-se uma linha de continuidade face à gestão anterior, no que à falta de ambição e investimento na cidade diz respeito. Não se vislumbra qualquer área pela qual Ermesinde tenha a capacidade ou a ambição de afirmar-se no contexto metropolitano. Com este projeto, a Junta não almeja a que Ermesinde deixe de ser mais do que um dormitório do Porto. Não deixa de ser relevante que apenas 1,89% (20.763 euros), seja o valor disponível para investimento, e com opções discutíveis, tal como o tímido aumento ilíquido de 5%, pela Administração Central, quiçá para amortizar já, o dispêndio com as novas competências.

A representante do Bloco de Esquerda,

  
\_\_\_\_\_  
(Carla Celeste Sousa)

em 19/12/2018





Amex 5  
(folha 1)

## Intervenção

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia;  
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia;  
Exmas. e Exmos. Vogais do Executivo da Junta;  
Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia;  
Exmo. Público;  
Órgãos de Comunicação Social;  
Minhas Senhoras e meus Senhores;

As Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2019, documento que integra o Plano de Atividades, o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos, e que hoje é presente a esta Assembleia de Freguesia, consubstancia a visão do Executivo para o exercício de 2019 bem como as ferramentas necessárias para a implementar. Este é um documento que incorpora os princípios e valores que regulam este Executivo eleito pelo Partido Socialista, e que reafirmam uma vez mais a política que veio a ser seguida ao longo deste último ano autárquico.

Assim, é por demais evidente para o Grupo do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Ermesinde que uma vez mais, na senda do que já vem sendo habitual, este Executivo apresenta um documento claro e bem estruturado, exequível e devidamente fundamentado, e que contribui de uma forma inovadora e decisiva para o cabal esclarecimento da Assembleia de Freguesia tal é a quantidade e qualidade da informação prestada aos legítimos representantes da população da Freguesia de Ermesinde.

Tendo por base os pressupostos acima elencados, relativamente ao **Plano de Atividades**, gostariam os eleitos pelo PS de referir algumas iniciativas que nos merecem destaque:

- A conclusão do Plano de Eficiência Energética, com a mudança na iluminação substituindo as lâmpadas convencionais por lâmpadas LED;
- A implementação do projeto "Horta à Porta";
- A implementação do projeto "Meu Jardim", envolvendo Escolas, Instituições, Edifícios Habitações e outros;





(folha 2)

- A atribuição de Bolsas de Estudo a alunos de famílias com carências económicas;
- A implementação de Pontos de Leitura na cidade;
- O desenvolvimento do Orçamento Participativo;
- O aumento da frequência das reuniões do Conselho da Cidade;
- A promoção do concurso de Cascatas Sanjoaninas;

No que toca ao **Plano Plurianual de Investimentos**, embora esteja refletido um montante de cerca de vinte mil euros, analisando as Sínteses Orçamentais que o Executivo vem apresentando nesta Assembleia de Freguesia, esperamos que àquele valor venha a ser acrescido parte do espetável saldo transitado da gerência que agora finda, reforçando assim o investimento na Cidade.

Já o **Orçamento**, que continua a traduzir a prossecução do programa autárquico iniciado em outubro de 2017, registam os eleitos do PS com grande agrado e satisfação o rigor na elaboração deste documento, que cumpre todas as regras orçamentais determinadas pela Lei 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Destacamos o aumento nas transferências para associações sem fins lucrativos de 25.000,00€ para 30.000,00€ bem como a previsão de 5.000,00€ para o Orçamento Participativo.

Relativamente ao **Mapa de Pessoal**, importa referir a criação do lugar de Encarregado Operacional, que a ser ocupado, virá dar resposta a uma necessidade efetiva da Autarquia.

Este é, portanto, um documento que segue a linha do que este Executivo já habituou esta Assembleia.

Sabe o Grupo do Partido Socialista que o documento que hoje aprovaremos dará resposta aos anseios da população no que às competências desta Autarquia diz respeito.

Ermesinde, 19 de dezembro de 2018

Os Membros da Assembleia de Freguesia do Partido Socialista,





CDS/PP

Anexo 6

## Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Da análise ao orçamento da Junta de Freguesia de Ermesinde para o ano de 2019 notamos um aumento de cerca de 56 mil euros relativamente ao ano de 2018 o que se traduz em termos percentuais num aumento de 5,42% conseguido, sobretudo, pelo aumento da verba relativa às transferências correntes, ou seja obteve-se um maior orçamento sem penalizar ainda mais as pessoas.

Ora, quando poderíamos pensar que esta Junta de Freguesia iria aplicar essa verba na melhoria das condições prestadas aos nossos fregueses, num maior apoio às famílias, ao comércio local, às associações e instituições da nossa cidade, qual não é o nosso espanto quando verificamos que não é esse o caminho seguido por este executivo da Junta de Freguesia. Assim, temos essa verba consumida na sua totalidade – e não é suficiente – pelo aumento da despesa com o pessoal em cerca de 68 mil e quinhentos euros, prevendo-se uma despesa nesta rubrica de 470 mil euros. É verdade que o salário mínimo nacional vai aumentar, que se verificarão progressões de nível e escalão dos funcionários da Junta. No entanto não são estes aumentos que influenciam o aumento da despesa com pessoal. O que efectivamente justifica o aumento da despesa com o pessoal é o exponencial aumento das avenças em 112,50%, ou seja mais 21.600 euros. O que justifica esse aumento da despesa com o pessoal é a remuneração de um vogal a tempo inteiro e em regime de exclusividade – mais 13.500 euros o que se traduz em termos percentuais num aumento de cerca de 43%. Caros senhores, pouco a pouco vamos constatando que esta casa se vai transformando numa espécie de Centro de Emprego do Partido Socialista.

Por último não pudemos também deixar de reparar que V. Exas., irão passar a usufruir de uns almoços grátis e de algumas despesas de representação, num total de cerca de 5.500 euros. Para quem apregoa a difícil situação financeira da Junta e a pesada herança de um anterior executivo, executivo do qual o Partido Socialista até fazia parte, na nossa humilde opinião poderia e deveria abster-se de efectuar este tipo de despesas.



**CDS/PP**

**Assembleia de Freguesia de Ermesinde**

**Porque não concordamos com o caminho seguido por este executivo para o governo da nossa Junta da Freguesia, os eleitos pelo CDS-PP anunciam desde já que irão votar contra este ponto da ordem de trabalhos.**

**Ermesinde, 19 de Dezembro de 2018**

**Os eleitos pelo CDS-PP**



## Plano de Atividades e Orçamento para 2019

### Declaração de voto

Na Observância do Direito da Oposição, foi a CDU consultada sobre a proposta do Plano de Atividades e Orçamento para 2019.

Mais uma vez o executivo do Partido Socialista, das nossas considerações e propostas a esse documento, não colheu nem uma vírgula. Também não era obrigado, mas o facto define uma característica política.

A CDU, independentemente de as suas propostas serem ou não aceites, irá continuar nesta postura, séria e construtiva. A população de Ermesinde merece o nosso empenho.

Este documento hoje apresentado a esta AF e no ponto de vista da CDU, devia ter outra orientação e outros critérios. Este documento devia estar virado para as necessidades concretas das populações, como sejam:

Falta de espaços verdes, transportes, equipamentos de saúde, escolas, pré-escolar, creches, berçários. A cidade é também carente em equipamentos desportivos e culturais, bem como em equipamentos sociais, parques infantis e de lazer.

Melhoramento das vias de comunicação. O estado do piso destas vias está em permanente degradação e a precisar urgentemente de intervenção. Os passeios, embora tendo alguma intervenção, esta precisa de ser aumentada. É preciso aumentar os parques de estacionamento públicos e interligá-los com o transporte de passageiros, coisa que o estacionamento pago não resolve, além de prejudicar o comércio local.

O rio Leça e suas margens mereciam outra atenção.

O lugar de Sampaio continua no esquecimento: ruas a degradar-se, passeios em mau estado ou falta deles, sem sinalização, etc.. O prometido transporte público, nem com as novas responsabilidades atribuídas ao município é resolvido. O lugar de Sampaio é só um exemplo, pois mais lugares sofrem destas carências.

Quando da apresentação do orçamento de 2018, justificava o Senhor Presidente da Junta, que tinha que ser um orçamento de contenção, devido aos desmandos do



anterior executivo. Ao verificar as receitas e despesas propostas para 2019, estas acompanham em parte a inflação prevista, mais o aumento das receitas do IMI.

Às despesas de investimento foram atribuídos **20 mil euros**, verba que devia escandalizar quem a propôs.

No capítulo dos apoios às associações, à cultura e ao desporto, os números apresentados não confirmam aumento algum. Salvo melhor leitura e a precisar de uma explicação que não foi feita, o que se verifica é um corte de 16 mil euros, relativamente a 2018.

As actividades culturais, desportivas e recreativas são um repositório de critério discutível e onde a verdadeira cultura fica de fora.

Sabemos o que é um orçamento de uma junta de freguesia e as suas responsabilidades. Mas também sabemos que com esforço, imaginação e poder reivindicativo, que não vemos a este executivo, Ermesinde teria outras condições de bem-estar.

A própria JFE tem possibilidade de se financiar para a realização de obras e construção de equipamentos, a Lei assim o permite. Devia também a JFE exigir da CMV o aumento de transferências de verbas para a freguesia.

A JFE tem património próprio, cuja rentabilização dava para suprir muitas mazelas da cidade. Haja trabalho e audácia para o fazer. Sabemos que o engenho e a audácia dão trabalho, mas foi para isso que fomos eleitos

Entende a CDU que o documento apresentado é apenas um roteiro de gestão corrente e sem rasgos de imaginação.

Continuará a CDU numa posição construtiva, mas certos que o documento hoje apresentado não é o que vai resolver os principais problemas da população de Ermesinde.

Mas, mais uma vez, e apesar do desacordo com muitos dos seus aspetos, daremos o benefício da dúvida e não nos iremos opor à proposta do Plano de Atividades e Orçamento para 2019.

Ermesinde, 19 de Dezembro de 2019

Pela CDU

